



TERMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º 001/2018

“Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, que celebram de um lado o município de Ponte Alta do Tocantins, e de outro Geovana Carvalho Gonçalves.”

CONTRATANTE

O **MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS, Estado do Tocantins**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 01.067.974/0001-55, com sede Administrativa à Praça dos Três Poderes, s/nº, Centro, Ponte Alta do Tocantins – TO, neste ato representado por seu Prefeito **KLÉBER RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº. 806.436.471-04 e RG nº 193.602 SSP/TO, residente à Av. Joana Medeiros s/n.º - Centro, nesta cidade.

CONTRATADO

GEOVANA CARVALHO GONÇALVES, brasileira, solteira, Engenheira Civil, inscrita no CREA sob o nº 307.487/D-TO, portador do RG nº 1.147.458 SSP/TO e do CPF nº 045.248.481-26, residente e domiciliada à Rua 05, Quadra 237, Lote 01 – Setor Porto Imperial - Porto Nacional/TO, daqui por diante designado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem, mutuamente, e da melhor forma de direito, assinarem o presente Termo de Instrumento Contratual de prestação de serviços de Engenharia de conformidade com as Cláusulas e Condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Engenharia Civil no acompanhamento e fiscalização de obras do município, assessoria técnica especializada, laudos e pareceres técnicos e emissão de ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica), para o período de janeiro a março/2018.



CLÁUSULA SEGUNDA

Do Valor, da Forma de Pagamento e do Prazo de Execução

2.1 - O CONTRATANTE se obriga a pagar ao CONTRATADO, pela prestação dos serviços profissionais ora contratados, o valor global bruto estimado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), divididos em 03(três) parcelas iguais mensais de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

2.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após expedição do termo de recebimento definitivo dos serviços (ATESTO), mediante crédito em conta corrente de banco e agência indicada pelo Contratado.

2.3 - O valor relativo a serviços extras não estão previstos neste contrato, e, quando solicitados e autorizados pelo Contratante, será previamente acertado entre as partes.

2.4 - O presente Contrato vigorará a partir da assinatura do presente termo até 31/03/2018, podendo ser prorrogável pelas partes, caso haja interesse das mesmas, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fundamento Legal

O presente Contrato tem como Fundamento Legal as disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA

Da Dotação Orçamentária

Para pagamento das despesas com o presente Contrato serão utilizados recursos orçamentários, constantes do Orçamento Geral da **CONTRATANTE** para o exercício financeiro de 2018, suplementados se necessário for e serão empenhados na seguinte Dotação Orçamentária: **04.122.0001.2.017 – 3 .3.90.36.00 – Secretária Municipal de Obras e Transporte.**

CLÁUSULA QUINTA

Das Obrigações das Partes

As partes aqui contratadas se obrigam a cumprir o estabelecido no presente Instrumento, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e também ao seguinte:

I – A CONTRATANTE se compromete a:



- a) cumprir o aqui pactuado, propiciando todos os meios legais para a execução do objeto contratual;
- b) pagar ao **CONTRATADO** os valores consignados, nos dias estabelecidos na Cláusula Segunda deste Instrumento;
- c) fiscalizar a execução dos trabalhos a serem prestados pelo **CONTRATADO**, objeto do presente Termo;
- d) publicar a minuta do presente Contrato na forma da legislação vigente;
- e) responsabilizar-se pela retenção do Imposto de competência do Município que incidirem sobre o contrato;
- f) fornecer equipamentos de trabalho condizentes aos serviços ora contratados, e a documentação completa necessária, idôneas e sem omissões, necessárias para o cumprimento do objeto.

II – O **CONTRATADO** se compromete a:

- a) cumprir o aqui acertado, propiciando todos os meios legais para a execução do Objeto Contratual;
- b) atender as solicitações emanadas da **CONTRATANTE**;
- c) ser zeloso com o trabalho a ser prestado, não infringir as leis, regulamentos e ordens emanadas da Administração Municipal;
- d) não faltar ao trabalho sem prévia comunicação do **CONTRATANTE** ou de seu Preposto;
- e) Não transferir o objeto do presente contrato a terceiros sem a prévia autorização do **CONTRATANTE**;
- f) zelar e guardar os equipamentos e materiais entregues ao mesmo para o desempenho de seu trabalho;
- g) responder no menor prazo possível às consultas efetuadas pela Contratante, ressalvados os casos que demandem pesquisas prévias ou formalização de pareceres, quando oferecerá as respostas em prazo compatível ao atendimento do objeto da solicitação;
- h) utilizar técnicas condizentes com os serviços;
- i) utilizar qualquer informação e/ou documentos obtidos da Contratante, ou proporcionados por ela para fins do presente contrato, exclusivamente para as atividades aqui estipuladas.
- j) Utilizar profissionais capacitados que deverão desenvolver os trabalhos sempre de acordo com as orientações do Tribunal de Contas, da lei 8.666/93 e Normas da ABNT.
- k) Não efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome do Contratante.

CLÁUSULA SEXTA

Da Inexecução do Objeto do Contrato

Na ocorrência da Inexecução parcial ou total do presente Contrato ensejará a sua



rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei e regulamento, especialmente o que determina o art. 77, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

I - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais ou o seu cumprimento irregular, especificações ou prazo;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão de seu cumprimento pelo **CONTRATADO**, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d) a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação a administração;
- e) o desatendimento das determinações regulares de seus superiores;
- f) o falecimento do **CONTRATADO**;
- g) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da Administração;
- h) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente instrumento;
- i) outros casos citados no art. 78, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

II – A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas de “a” a “i”, do inciso acima;
- b) amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurando o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA

Das Sanções Administrativas

À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) Advertência;



- b) Multa que não excederá, em seu total, 10% (dez por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

CLÁUSULA OITAVA

Do Foro Competente

Fica eleito o foro da Comarca de PONTE ALTA DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, para dirimir as dúvidas que porventura vierem a existir durante a execução do presente instrumento, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E por estarem Justos e Contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

PONTE ALTA DO TOCANTINS -TO, 02 de janeiro de 2018.

CONTRATANTE	CONTRATADO
KLÉBER RODRIGUES DE SOUSA Prefeito Municipal	GEOVANA CARVALHO GONÇALVES
Testemunhas	
1) _____ CIC/RG	2) _____ CIC/RG